

“INFÂNCIA” DAS “CRIANÇAS” NEGRAS E ESCRAVAS NO BRASIL: APROXIMAÇÕES COM REALIDADES CONTEMPORÂNEAS

*Elton Vinicius Lima dos Santos Santos**, *Débora Raquel da Costa Milani***,
*Márcia Cristina Argenti Perez****

RESUMO

A escravidão caracterizou-se pela opressão social, embasada por conhecimentos racistas e de cunho religioso que deixaram terríveis marcas estigmatizantes sobre um povo, que, apesar de compor a maior parte da sociedade brasileira, sofre duramente as consequências da desumanização que lhe foi imposta. O presente estudo tem como objetivo compreender a visibilidade da infância das crianças negras e escravas na história do Brasil no período colonial e no Império e seus desdobramentos na atualidade contemporânea. A metodologia envolve um estudo teórico, pautado na sistematização de obras da história e sociologia brasileira, com ênfase nos conhecimentos acerca da infância. A infância das crianças negras e escravas foi muito diferente de outros tipos de infância. A herança dessa infância sob escravidão se evidencia na realidade da população negra vista em indicadores sociais, como a educação, a pobreza e a violência. A intenção é contribuir com a desconstrução de um sistema social que nega as consequências da escravidão, mantendo as crianças negras em desvantagem de oportunidades e reeditando a opressão do sistema escravista.

Palavras-chave: Infância. Crianças. Escravidão. Sociedade.

* Mestrando em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bacharel em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). ORCID: 0000-0001-7551-0476. Correio eletrônico: eltonvinicius@gmail.com

** Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestra em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente no Programa de Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Araraquara). ORCID: 0000-0003-4650-8777. Correio eletrônico: deb.milani@yahoo.com.br

*** Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Assistente Doutora na Universidade Estadual Paulista (UNESP-Araraquara). ORCID: 0000-0002-4173-9923. Correio eletrônico: marcia.argenti@unesp.br

"CHILDHOOD" OF BLACK SLAVE "CHILDREN" IN BRAZIL: A COMPARISON TO CONTEMPORARY REALITIES

ABSTRACT

Slavery was characterized by social oppression, based on racist and religious knowledge, which left terrifying stigmatizing marks on a people, who in spite of making up for the majority of the Brazilian society, are severely affected by the consequences of the dehumanization imposed on them. The present study tries to understand the visibility of the childhood of black and slave children in the history of Brazil in the country's colonial period and Empire and its unfolding in contemporary times. The methodology involves a theoretical study, based on the systematization of works of Brazilian history and sociology with emphasis on knowledge about childhood. The childhood of black and slave children was very different from other types of childhood, and the inheritance of this childhood under slavery is evident in the reality of the black population seen in social indicators such as education, poverty and violence. The intention of this paper is to contribute to the deconstruction of a social system that denies the consequences of slavery, keeping black children at a disadvantage, and reissuing the oppression of the slavery system.

Keywords: *Childhood. Children. Slavery. Society.*

"INFANCIA" DE LOS "NIÑOS" NEGROS Y ESCLAVOS EN BRASIL: ACERCAMIENTOS A REALIDADES CONTEMPORÁNEAS

RESUMEN

La esclavitud se caracterizó por la opresión social, basada en conocimientos racistas y de cuño religioso, que dejaron terribles huellas estigmatizantes sobre un pueblo, que pese a componer la mayor parte de la sociedad brasileña, sufre duramente las consecuencias de la deshumanización que le fue impuesta. El presente estudio tiene como objetivo comprender la visibilidad de la infancia de los niños negros y esclavos en la historia de Brasil en el período colonial y en el Imperio y sus desdoblamientos en la actualidad. La metodología involucra un estudio teórico, pautado en la sistematización de obras de la historia y sociología brasileña, con énfasis en los conocimientos acerca de la infancia. La infancia de los niños negros y esclavos, fue muy diferente de otros tipos de infancia y la herencia de esa infancia bajo esclavitud se evidencia en la realidad de la población negra vista en indicadores sociales como la educación, la pobreza y la violencia. La intención es contribuir con la deconstrucción de un sistema social que niega las consecuencias de la esclavitud, manteniendo a los niños negros en desventaja de oportunidades y reedita la opresión del sistema esclavista.

Palabras clave: *Infancia. Los niños. Esclavitud. La sociedad.*

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por mais de três séculos de escravidão. Em relação aos escravos negros, a sua população era formada por africanos traficados e por indivíduos nascidos aqui, chamados de crioulos. Durante esse período, o regime escravista foi aceito sem questionamentos pelas classes dominantes, pois a prática da escravidão se justificava como uma expressão dos desígnios divinos. Conforme diz Costa (2013, p. 13), “Acreditava-se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros, vilões, uns, ricos, outros, pobres, uns, livres, outros escravos.” Outro argumento de ordem religiosa que se destacava para legitimar a prática escravista era o de que, tornando-se cativos de brancos cristãos, os negros teriam acesso à religião cristã e passariam a fazer parte do Reino de Deus, sendo assim, no final das contas, um benefício o fato de terem sido feitos escravos. Desta forma, “Muitos chagavam a justificar a escravidão, argumentando que graças a ela os negros eram retirados da ignorância em que viviam e convertidos ao cristianismo.” (COSTA, 2010, p. 13). Foi somente a partir do século XVIII, com o surgimento das ideias revolucionárias na Europa, que se passou a questionar a autoridade da igreja e o poder dos reis. Nesse contexto histórico, também ocorreu a luta pelo reconhecimento e garantia dos direitos naturais do homem, tendo como alguns dos direitos mais importantes “[...] o direito de propriedade, de liberdade e de igualdade de todos perante a lei.” (COSTA, 2010, p. 14). Com isso, a luta pela abolição da escravatura passou a ser um grande objetivo. No Brasil, porém, ela só se realizou tardiamente: no dia 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.

Neste trabalho, abordaremos o aspecto da escravidão no Brasil no período da Colônia e Império, em tudo o que diz respeito às crianças negras e escravas. A intenção é abordar alguns aspectos da infância das crianças cativas, visando contribuir para a visibilidade de suas histórias e destacando como a sua infância foi vivenciada de forma bem diferente da infância das crianças brancas livres. Também verificaremos possíveis relações da história das crianças negras escravas com a atual situação de população negra, observando como a realidade atual dos negros foi historicamente construída sob o regime de opressão. Não é natural a situação de inferioridade da raça negra, este quadro foi culturalmente desenvolvido e deve ser desmontado por meio de ações sociais concretas que visem estabelecer, de forma real, a igualdade entre os homens.

2 A (IN)VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS E ESCRAVAS NA HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

Passamos agora a apresentar alguns aspectos relacionados à infância das crianças negras e escravas. As informações aqui contidas destacam, em maior parte, a realidade vivenciada no Rio de Janeiro, sobretudo, na zona rural até meados do século XVIII. As fontes usadas pelos pesquisadores aqui citados são, na maioria das vezes, os inventários das fazendas escravistas, além de registros de batismos, testamentos e outros documentos.

No caso do Brasil, Colônia e Império, a presença das crianças foi praticamente invisível para o registro histórico. Conforme Mary Del Priore (2018, p. 84),

“O certo é que, na mentalidade coletiva a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, num momento de transição e por que não dizer, uma esperança.” A infância era vista como um momento de preparação para a vida adulta.

Conforme indica abaixo Gilberto Freyre (2013, p. 499):

Os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unânimes em destacar esse ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisado à menino Jesus; o colarinho duro; calça comprida; roupa preta... um ar tristonho de quem acompanha enterro.

As crianças não eram agentes da história, e a sua presença era raramente destacada. Segundo Del Priore (2018, p. 84), poucas palavras eram encontradas para definir as crianças no passado no Brasil. Algumas delas eram estas: “meúdos”, “ingênuos” e “infantes”.

Se a invisibilidade era a realidade das crianças brasileiras livres na época da Colônia e do Império, qual seria a situação das crianças negras e escravas no Brasil? A história das crianças negras e escravas brasileiras é completamente negada, pois, nesse contexto, até sua existência como seres humanos era desconsiderada, como destaca Costa (2010, p. 16) a seguir:

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. Se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (cópia quase idêntica à original francesa de 1789), na qual se afirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A Constituição ignorou os escravos. Sequer reconhecia sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais.

Essa visão desumanizante sobre os escravos e a negação do reconhecimento de sua cidadania tinham como base, além das teorias religiosas católicas, a teoria racista denominada de “racismo científico”.

Conforme explica Munanga (1988, p. 12 *apud* JANGO, 2017, p. 18) abaixo:

O racismo científico foi, de certo modo, institucionalizado com a fundação em Paris, em 1859, da Sociedade de Antropologia. Aspectos físicos passaram a se relacionar aos culturais, ou seja, pescoço, nariz, pernas, dedos e órgãos sexuais do negro foram analisados e considerados provas da sua diminuição intelectual, moral, social, política etc.

Assim, os escravos, segundo a lei, não eram cidadãos brasileiros e não tinham nenhum direito civil reconhecido. Na verdade, segundo Florentino e Góes (2017, p. 25), a lei só os humanizava quando eles cometiam algum crime: “Mas apenas reconhecia a humanidade no escravo por ocasião do crime, pois, afinal, nenhuma outra propriedade é punível. Pode-se dizer, portanto, que o crime era o primeiro e único ato do escravo que o humanizava - na lei.” É inevitável vincular esses acontecimentos passados com a realidade presente da população negra no Brasil, no que diz respeito à sua criminalização e encarceramento. O próprio governo brasileiro, representado em sua Câmara de Deputados Federais, em uma

matéria publicada por meio de sua página na *internet* no dia 6 de agosto de 2018, reconhece a diferenciação de raças:

Além da precariedade do sistema carcerário, as políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, via de regra, contra a população negra e pobre. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos. Vale lembrar que 53,63% da população brasileira têm essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral. (CALVI, 2018, p. 1).

Considerando a realidade da negação do princípio de direitos e de humanidade dos escravos, é evidente a compreensão da ausência de registros e referências históricas mais consistentes sobre a vida das crianças negras e escravas.

As crianças representavam um pequeno número entre os africanos que foram traficados para o Brasil. O maior interesse dos comerciantes de escravos eram homens capazes de desenvolver o trabalho braçal. Segundo Góes e Florentino (2018, p. 177), “Apenas 4% dos africanos desembarcados no Valongo, naquela época, possuíam menos de 10 anos de idade.” Além disso, dificilmente uma criança pequena resistia à longa viagem dentro dos navios negreiros. Em relação à quantidade de crianças nas fazendas, esta variava em relação à intensidade da compra de novos escravos:

Na média as crianças representavam apenas dois entre cada dez cativos em fazendas que por vinte anos não compravam cativos, o equilíbrio entre os sexos era a norma, e as crianças poderiam corresponder a um terço da escravaria, em estabelecimentos apartados do mercado há cinquenta anos, as crianças correspondiam a quase a metade de todos os cativos. (GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 178).

Não existia um comércio direto das crianças negras e escravas, elas não eram a fonte de interesses dos compradores. Ainda segundo Florentino e Góes (2018, p. 179), “As crianças que as fazendas compravam não eram o principal objeto de investimento senhorial, mas sim as suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana-de-açúcar e demais.” Em relação ao sexo, considerando o pouco interesse comercial, pouco importava para os senhores se crianças eram meninos ou meninas.

Nas épocas de Colônia e de Império, era alta a taxa geral de mortalidade infantil no Brasil: “[...] o padre Gama explicava que as mulheres portuguesas teriam a princípio criado muito poucos filhos pelo elevado índice da mortalidade infantil.” (DEL PRIORE, 2018, p. 91). Diversas eram as causas das mortes: exagero nas comidas fortes, vestimentas inadequadas, aleitamento mercenário com amas de leite atingidas pela sífilis, e até falta de tratamento médico quando necessário. Com isso, a taxa de mortalidade entre as crianças escravas era assustadora. Como afirmam Góes e Florentino (2018, p. 180), “[...] os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos.”

Se a sobrevivência dos recém-nascidos brancos livres era desafiadora, a condição de sobrevivência das crianças negras escravas era algo que beirava o impos-

sível. A grande taxa de mortalidade entre escravos, sobretudo dos recém-nascidos e dos infantes, representava prejuízos para os senhores. Estas mortes não despertavam compaixão, mas um sentimento de perdas financeiras e de força de trabalho que precisava ser compensado. Uma das soluções para esse problema era extremamente perversa: devido ao desequilíbrio entre os sexos (na maioria das vezes o número de homens era maior do que o de mulheres), muitas vezes o senhor determinava que uma escrava mantivesse relações sexuais com vários homens escravos para satisfazer duas questões: a primeira era que essa mulher deveria ser um objeto onde os escravos descarregassem suas tensões, o que lhes distrairia em relação às pretensões de fuga; a segunda era produzir novos escravos, pois mais força de trabalho era sinônimo de mais patrimônio:

Como um proprietário não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir os negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens: cabelhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade. (DEBRET, 1972, p. 196).

Essa era uma saída para compensar os prejuízos do grande número de mortes de crianças negras e escravas. Atualmente, a taxa de mortalidade infantil brasileira ainda é prevalecte entre negros e pardos. Conforme dados do censo do IBGE de 2010 apresentados pelo periódico *Cadernos de Saúde Pública - CSP* (2010), a soma da porcentagem da taxa de mortalidade infantil entre pretos e pardos chega a 35,9%, enquanto a de brancos fica em 15,4%.

Outros dados chocantes dizem respeito à taxa de crianças negras escravas órfãs. Segundo Góes e Florentino (2018, p. 180), "[...] antes mesmo de completarem um ano de idade, uma entre cada dez crianças já não possuía nem pai nem mãe anotados nos inventários. Aos cinco anos, metade parecia ser completamente órfã; aos 11 anos, oito em cada dez." É verdade que nem sempre o não aparecimento dos nomes dos pais nos inventários significava que os pais estavam mortos e que não havia mais nenhum contato entre pais e filhos. Muitas eram as causas que provocavam a orfandade. Um exemplo comum era a prática de doações: quando um senhor decidia doar um escravo a um de seus filhos, este escravo tinha seu nome retirado do plantel da fazenda do pai e passava a fazer parte do plantel de escravos do filho, o que fazia com que os filhos daquele escravo não mais tivessem pais registrados junto a eles. Um segundo exemplo era a alforria, que fazia desaparecer o registro dos pais. Outros motivos muito comuns de orfandade eram os seguintes: as vendas, os legados, as fugas e as exigências de que, para se registrar um filho, era necessário que os pais fossem casados, segundo os ritos da Igreja Católica:

Os pais também sumiam dos inventários porque eram vendidos e legados: uma entre cada quatro famílias era partida quando chegava a hora de dividir os bens do falecido. E também fugiam, por certo. Além disso, os avaliadores de escravo só registravam o pai se esse fosse casado, como recomendavam as prescrições da Igreja Católica. (GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 181).

Apesar destes tantos motivos, a morte dos pais figura entre as principais causas da desestruturação dos vínculos familiares. Além do grande número de crianças escravas que tentavam sobreviver sendo vítimas do prejuízo de não terem a proteção e a estrutura familiar, muitas delas, ainda que tivessem pais presentes e junto a elas, não poderiam desfrutar dos benefícios desta companhia. É o caso de crianças negras escravas que não tinham o direito de mamar no peito de suas mães, pois muitas das mães escravas eram amas de leite de crianças brancas. A prática da amamentação de crianças brancas por mulheres escravas da casa ou contratadas ficou conhecida no Brasil como amamentação mercenária e se desenvolveu por diversas razões:

A saúde precária da mãe devido a doenças contagiosas ou debilitante; partos seguidos e em idade prematura; a desnutrição; a depressão pós-parto; a ausência de uma cultura de valorização da amamentação; e, talvez acima de tudo, a crença de que mulheres brancas, por serem do tipo “linfático”, eram muito frágeis para amamentar, produzindo apenas um leite fraco e insuficiente para a nutrição dos bebês, parecem ter sido os principais motivos para explicar a raridade da amamentação natural dos filhos pelas mulheres de família que possuíam escravas ou podiam alugá-las para a amamentação. (MACHADO, 2012, p. 199).

A vinda ao mundo como um objeto fabricado para o trabalho, a luta pela sobrevivência, a perda dos pais, o esfacelamento e a desestruturação familiar, a negação do direito ao aleitamento e ao aconchego maternos eram as duras realidades que marcavam a infância da criança negra escrava.

Os preconceitos e estigmas impostos às populações negras no Brasil escravista preconizavam que os negros, por serem imorais em seus comportamentos, não tinham a família como uma questão importante, desejada ou algo que devesse ser respeitado. Florentino e Góes (2017, p. 21) apontam o seguinte sobre o que a historiografia afirmava sobre os escravos nas questões de família: “Na década de 1950, julgou que a escravidão era uma forma de organização social de efeitos tão deletérios e retificadores sobre os escravos que fazia viger, nas senzalas, a anomia (isto é, a ausência de leis, de normas ou de regras de organização) e a promiscuidade.” Além da alegada anomia entre os negros, outro motivo que justificava que famílias escravas só existiam como exceções era sua inviabilidade econômica. Mesmo assim, com o desenvolvimento das pesquisas, já se admite que vínculos familiares fossem importantes e desejados pelos escravos:

A presente pesquisa parte de uma certa fase do conhecimento historiográfico na qual a existência em si das relações familiares entre os cativos não é mais considerada um problema posto que item já solucionado: poucos são os pesquisadores que ainda duvidam da importância dos vínculos familiares entre os escravos. (FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 22).

Como, porém, conseguir preservar a união da família e vínculos familiares sob o regime da escravidão, em que pais e filhos eram separados por toda sorte de motivos? A população negra procurou encontrar, dentro do próprio sistema, uma ferramenta que lhe possibilitasse a estruturação desses vínculos. Considerando que a expansão e o fortalecimento de laços familiares contribuiriam primeiro com

suas maiores chances de sobrevivência, assim como representavam a possibilidade da transmissão de sua herança cultural, os escravos se apropriaram do sacramento católico do batismo para estender e fortalecer suas famílias. Dessa forma, "O batismo e a irmandade, mais do que incorporá-los a um Deus-Pai de filho branco, possibilitava refazer a vida pela criação de uma comunidade africana como não havia na própria África." (GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 183). Valendo-se da possibilidade de receber o batismo cristão, as crianças negras escravas que perdessem os pais dificilmente ficavam completamente sós. A partir do padrinho que haviam recebido no batismo, o qual, algumas vezes, era branco, mas, na maioria das vezes, era negro, elas estavam ligadas a parentes, ainda que não consanguíneos:

O menino crioulo sobrevivente não ficava só. A consolá-lo existia uma rede de relações sociais escravas, em especial as de tipo parental. Muito possivelmente ele teria irmãos, um ou outro tio, primos, além de, por vezes, avós, que poderiam viver dentro ou fora de seu plantel... em qualquer circunstância teria a criança já uma "tia" ou um "tio", mesmo que não consanguíneo. (GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 181).

Apesar dos esforços, nem sempre se conseguia amparar as crianças negras escravas dentro da proteção, dos cuidados e do sustento que uma família deve proporcionar às suas crianças. Um reflexo atual dessa realidade pode ser visto nos semáforos das grandes cidades do Brasil, onde meninos e meninas negras transitam tentando sobreviver, apartados da estrutura espiritual, emocional, material e psíquica que a família deve oferecer.

3 EDUCAÇÃO E A INSERÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E ESCRAVA NO MUNDO ADULTO

As representações que marcavam a passagem do mundo da infância para o mundo adulto na África, de onde vieram os negros escravizados, eram bem diferentes de como esses escravos se tornariam adultos no Brasil. Góes e Florentino (2018, p. 178) informam o seguinte: "[...] no Brasil, o ingresso no mundo dos adultos se dava por outras passagens: em vez de rituais que exaltavam a fertilidade e a procriação, o paulatino adestramento no mundo do trabalho e da obediência ao senhor." A vida de trabalho das crianças negras escravas começava aos sete anos de idade, quando elas já iam percebendo, com mais clareza, as desigualdades que existiam entre elas e as crianças brancas. Diz Del Priore (2018, p. 101) o seguinte: "[...] enquanto pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilhavam os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar." Essa negação da educação para as crianças escravas tem reflexos atuais sobre as crianças e a população negra. A pesquisadora Caroline Jango (2017, p. 41) afirma o que segue: "[...] a cultura de discriminação vem permeando a instituição escolar, deformando a identidade das crianças negras e impondo a elas o fracasso escolar ao longo dos anos." Atualmente, no contexto das universidades, verifica-se que a presença de estudantes negros nas salas de aula é drasticamente menor do que a de estudantes brancos:

O percentual de negros no nível superior deu um salto e quase dobrou entre 2005 e 2015. Em 2005, um ano após a implementação de ações afirmativas, como as cotas, apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos na classificação do IBGE e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior, segundo pesquisa divulgada hoje (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...] Comparado com os brancos, no entanto, o número equivale a menos da metade dos jovens brancos com a mesma oportunidade, que eram 26,5% em 2015 e 17,8% em 2005. Os dados foram constatados pela Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira. (VIEIRA, 2016, p. 1).

Sem direito à educação, o lugar determinado para a criança negra escrava era o do trabalho forçado. Considerando que escravos não traziam consigo o sobrenome de família, era atribuído à criança negra escrava o nome do ofício que cada uma desempenhava, revelando assim mais uma face de sua existência, não como pessoa que tem família, passado e história, mas como um objeto de trabalho.

Com isso, a situação das crianças negras pode ser vista assim: “[...] por volta dos 12 anos o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama.” (GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 184). Se, quando ainda crianças pequenas, não lhes fosse atribuído valor comercial, essa realidade mudava ao alcançarem a adolescência, pois, nesse momento, já eram considerados adultos e deveriam exercer as mesmas ocupações dos mais velhos. Conforme Góes e Florentino (2018, p. 185), “[...] aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos. Os preços obedeciam a igual movimento.” Além de trabalhos forçados, outras formas pelas quais a fase adulta se impunha às crianças negras escravas eram os castigos e as humilhações:

Situações semelhantes foram encontradas nos estudos de Altman: “meninos e meninas brancas recebem de suas yayás toda sorte de mimos e, assistindo abertamente aos castigos reservados aos escravos, assumem também tendências sádicas, divertindo-se em brincadeiras maldosas com as outras crianças da casa e já não só com seus muleques”. (MINELLA, 2006, p. 312).

Gilberto Freyre (2013, p. 507) também apresenta as maldades sádicas cometidas contra os escravos: “Houve verdadeira volúpia em humilhar a criança; em dar bolo em menino. Reflexo da tendência geral para o sadismo criado no Brasil pela escravidão e pelo abuso do negro.” A infância das crianças escravas negras era então marcada por sofrimentos físicos e psíquicos.

As crianças que sob esse regime conseguiam se tornar adultos desenvolviam sentimentos e atitudes peculiares. Os crioulos, negros nascidos nas Américas, demonstravam algumas diferenças em relação aos negros trazidos da África. Henry Koster (1978, p. 400 *apud* GÓES; FLORENTINO, 2018, p. 188), inglês que se tornou senhor de engenho no Nordeste brasileiro, afirma o seguinte: “Acredita-se geralmente que os negros crioulos e os mulatos aprendem mais depressa um ofício do que um africano. Essa aptidão superior de aproveitar o que aprendem é, sem dú-

vida, devido ao conhecimento desde a infância com a linguagem e maneiras dos amos." Assim, segundo a visão do estrangeiro, o escravo negro nascido no Brasil era menos burro que o africano, e isso se dava pelo convívio com seus senhores brancos. Além da maior possibilidade de aprender, outra característica que, na visão do inglês, diferenciava o escravo crioulo do africano era a insubmissão e a não conformação com sua situação de cativo: "Longe de submeter-se humildemente à situação em que nasceram, eles [os crioulos] roem o freio da escravidão com impaciência..." (GÓES; FLORENTINO, 2017, p. 28). Submetidos àquele tipo de existência, é até compreensível o ditado que existia entre os escravos que dizia "Deus te faça balanço", que significava "Deus te faça livre e próspero como o branco". Com sua autoestima completamente prejudicada e com a impossibilidade de exercer sua identidade étnica e cultural, o desejo era o de ter uma vida como a do branco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No título deste trabalho, as palavras "criança" e "infância" aparecem entre aspas. A intenção é destacar que existem infâncias diferentes e crianças diferentes. Colin Heywood (2004, p. 22) apresenta os seguintes conceitos: "[...] a infância é, obviamente, uma abstração que se refere a uma determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças." É possível então considerar que, ainda que todos os seres humanos tenham sido crianças, considerando ser criança uma fase de desenvolvimento do início da vida, as condições sociais e culturais farão com que determinadas crianças vivenciem infâncias completamente diferentes. Desta forma, a criança negra e escrava e a sua infância não significavam a mesma coisa em relação a uma criança branca livre e sua infância. Ao entender por infância um período em que a criança deve gozar de proteção, atenção, cuidados, carinho, sustento e oferecimento de estruturas que lhe possibilitem o desenvolvimento de uma vida saudável, física e emocionalmente, podemos dizer que as crianças negras escravas vivenciaram uma infância muito triste e violentada sob o regime funesto da escravidão.

Os efeitos e consequências que mais de trezentos anos de escravidão legaram à população negra são claramente percebidos hoje nos indicadores sociais. Um indicador que pode ser citado é o da violência. Segundo o Atlas da Violência 2018 (IPEA, 2018), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o índice de pessoas que foram vítimas de morte violenta é muito maior entre negros do que entre não negros. A pesquisa apontou que, em 2016, a taxa de homicídios de negros era de 40,2%, enquanto a de não negros foi de 16,0%. A pesquisa mostrou ainda que, de 2006 a 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, enquanto a de não negros diminuiu 6,8%. O mesmo estudo aponta que, em dez anos (2006-2016), a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto em relação a mulheres não negras houve uma queda de 8%.

É preciso dar visibilidade ao que foi a realidade da vida das crianças negras escravizadas para que esse conhecimento sirva como fonte para análise das consequências que esse tipo peculiar de infância legou aos seus descendentes na contemporaneidade. Se a infância escrava foi uma construção social da época, os efeitos

sociais perpetrados por aquele regime devem ser combatidos pela sociedade atual, que declara ser signatária e defensora da igualdade entre os homens. Contudo, a realidade mostra que os efeitos do longo e terrível período de escravidão são penosamente sentidos pela comunidade negra e que será preciso uma grande transformação na sociedade para que o terror da escravidão finalmente desapareça.

REFERÊNCIAS

- CALVI, Pedro. *Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- COSTA, Emília Viotti. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.
- CALDAS, Aline Diniz Rodrigues *et al.* Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, e00046516, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n7/1678-4464-csp-33-07-e00046516.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem histórica e pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 84-106.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.
- GÓES, José; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 407-436.
- GÓES, José; FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850*. São Paulo: Unesp, 2017.
- HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Atlas da violência 2018*. Disponível em: <https://bit.ly/2G4KM94>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- JANGO, Caroline Felipe. *“Aqui tem racismo”*: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. São Paulo: Livraria da Física, 2017.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 199-213.
- MINELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 289-327, jun.

2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30395.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

VIEIRA, Isabela. Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos. *Agência Brasil*, [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2rWnyKQ>. Acesso em: 23 jun. 2018.

Recebido em: 7 fev. 2019

Aceito em: 22 jul. 2019